

A MÍDIA E A FORMAÇÃO DO CONSENSO POPULAR NA REFORMA EDUCACIONAL DE GOIÁS

Nilson Pereira Bezerra¹
Veralúcia Pinheiro²

1- Mestrando IELT/UEG.
2- Profa. Dra. Orientadora IELT/UEG.

Resumo

Este trabalho é parte integrante da pesquisa em desenvolvimento no Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Anápolis. Traz resultados no campo da comunicação e da informação, que aponta a atuação dos meios de comunicação como ferramenta primordial para a formação do consenso popular, sobre os benefícios e a necessidade de se promover a reforma educacional do Estado de Goiás. Os Colégios da Polícia Militar são oferecidos como solução para a melhoria da qualidade do ensino estadual e a atuação da mídia corrobora para a aceitação, junto à sociedade, desse modelo de gestão das escolas públicas estaduais que representa um retrocesso no processo de ensino aprendizagem. Subjazem a essa proposta, concepções que retiram o caráter universal que a educação pública deve conter. O objetivo deste trabalho é refletir sobre as contradições apresentadas ao longo do documento “Pacto pela educação” e a relação com as propostas de militarização e terceirização das escolas públicas, apresentando a ação dos meios de comunicação, a serviço do capital, que trabalham no sentido de convencer a população sobre a função “salvadora” da intervenção militar na educação goiana. Esta investigação apoia-se nas Teorias da Mídia encontrada em Thompson (1998) e Wolf (1999), elencando concepções teóricas de outros autores como Loureiro (2011) e Marx (2004), para fundamentar a relação entre a atuação da mídia e a proposta neoliberal adotada na reforma educacional de Goiás. Trata-se de um tema polêmico, contemporâneo o qual requer uma análise substanciada acerca do papel do Estado na sociedade capitalista. A análise ocorre a partir dos dados construídos na pesquisa documental, na ação do Estado e no discurso dos responsáveis pela implantação da reforma educacional em questão.

Palavras-chave: Reforma educacional, Poder da mídia, Militarização das escolas públicas.

Introdução

A militarização e a terceirização das escolas públicas em Goiás, por meio das políticas educacionais, produzem mudanças na esfera educacional do Estado. Trata-se de um tema polêmico e contemporâneo que exige uma análise substanciada acerca do papel do Estado na sociedade capitalista. Desse modo, ao elegermos a militarização, a terceirização e a privatização das escolas públicas em Goiás como objeto de estudo, buscamos fugir da linearidade dos arautos das “reformas educacionais”, e ao mesmo tempo desvendar as contradições entre as propostas e os resultados desta política, na vida dos jovens, para quem tais políticas são destinadas.

O processo de militarização das escolas públicas, em questão, é analisado com foco nas argumentações que sugerem um modelo de educação que está na contra mão dos dispositivos legais e metodológicos da educação universal. A partir desta, compreende-se que o objetivo da intervenção militar na educação, busca a formação de mão de obra servil e a preparação do cenário educacional goiano para a administração das Organizações Sociais. Percebe-se também que, as ações do Estado estão em sintonia com as exigências do mercado, quando recorre ao uso de subterfúgios para a promoção da qualidade do ensino nos Colégios da Polícia Militar.

O objetivo desta pesquisa, na íntegra, é confrontar as intervenções do Estado com o princípio da legalidade constitucional e descortinar o descaso com a gestão democrática das escolas públicas, a fim de evidenciar a transferência da responsabilidade dos resultados “negativos”, das escolas regulares, aos profissionais da educação. A desigualdade econômica existente entre as escolas regulares e os CPMGs envolve interesses conflitantes de poder e, nessa relação conflituosa, a influência midiática se mostra como principal ferramenta para a manutenção da ordem capitalista. O referencial desta pesquisa se sustenta a partir da Lei nº. 9394/96 (LDB/96), que embasam as afirmações sobre as questões legais e, em autores como Loureiro (2011) Wolf (1999) e Thompson (1998), dentre outros, que dão o aporte teórico necessário para as discussões desenvolvidas.

1.1 O Pacto Pela Educação do Estado de Goiás

A reforma educacional de Goiás ocorre durante um grave momento da economia estadual e é apresentada como resposta ao quadro preocupante em que se encontra a educação do Estado. O chamado “Pacto Pela Educação do Estado de Goiás”, segundo seu idealizador, o Secretário de Estado da Educação, Thiago Mello Peixoto da Silveira, surge em resposta às deficiências verificadas na educação e é fruto das inúmeras viagens nacionais e internacionais, que lhe possibilitaram o contato com modelos que são tidos como sucesso em países como Chile, Singapura, Irlanda e Estados Unidos.

O Pacto pela Educação, portanto, apresenta propostas de ações que visam a uma (contra) reforma do Estado no âmbito da educação, orientada pelos postulados neoliberais, no Consenso de Washington e nas formulações do ex-ministro da Reforma do Estado, Bresser-Pereira, do governo Fernando Henrique Cardoso. Embora, naqueles tempos, tais formulações não foram integralmente institucionalizadas, no momento atual elas estão sendo resgatadas por novos quadros políticos conservadores. Em Goiás, essa tarefa coube ao Secretário de Estado de Educação e Cultura, Thiago Mello Peixoto da Silveira.

Este pacto constituiu-se como preâmbulo para o processo de desresponsabilização do Estado pelas escolas públicas, na medida em que subjaz as suas propostas uma profunda reforma da gestão das escolas, o que leva a pressupor tratar-se da proposta de transferir para as Organizações Sociais (OS) a gestão das escolas públicas. Desse modo, busca-se retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão em relação à educação pública e gratuita. O discurso, segundo o qual as instituições privadas ou Organizações Sociais são mais eficientes não se sustenta em uma análise mais profunda. O motivo é fundamentalmente político-ideológico. Tal como mostra Marx (2004), a ideologia é a falsa consciência, a inversão da realidade.

1.2 O poder da Mídia

De acordo com Thompson (1998), a comunicação é uma necessidade intrínseca do homem, posto que ela, impede o isolamento social. A transmissão de conhecimentos e de experiências conduz o homem na sua evolução e direciona suas ações dentro de uma sociedade organizada. Segundo o autor, até meados do século XV, instituições como a Igreja e o Estado se alternavam na autoridade sobre o exercício do poder simbólico, representado pelo processo de produção, armazenamento e circulação da informação e de conteúdos. Com o processo evolutivo da comunicação, iniciado por volta de 1439, com o uso da prensa móvel, por Johannes Gutenberg (1398-1468), o homem experimenta as transformações que influenciaria todo o comportamento da vida em sociedade. Thompson (1998) afirma que

o desenvolvimento dos meios de comunicação – desde as mais remotas formas de impressão até os mais recentes tipos de comunicação eletrônica – foi uma parte integral do surgimento das sociedades modernas. O desenvolvimento dos meios de comunicação se entrelaçou de maneira complexa com um número de outros processos de desenvolvimento que, considerados em sua totalidade, se constituem naquilo que hoje chamamos de modernidade (THOMPSON, 1998, p. 12, grifo do original).

Após atingir o seu apogeu com a introdução da informática, os meios de comunicação de massa, em especial, a mídia televisiva, subordinam-se ao capital e conseqüentemente, às classes que detêm o poder econômico, uma vez que a informação assume *status* de mercadoria e passa a determinar comportamentos e influencia o imaginário humano. Em virtude destes desenvolvimentos,

as formas simbólicas foram produzidas e reproduzidas em escalas sempre em expansão: tornam-se mercadorias que podem ser compradas e vendidas no mercado. Se a informação torna-se mercadoria passível de ser negociada, então, dizer que a produção e circulação da informação obedecerão às especificações de quem as compra, não poderá ser considerado absurdo. Porque quem adquire uma mercadoria, dá a ela o destino que bem entender e no caso da informação, será divulgada segundo as suas necessidades, obedecendo somente os critérios de divulgar o quê, como, quando e para quem (THOMPSON, 1998 p.19).

O campo da educação não foge a regra, ou seja, ela também torna-se uma mercadoria. Por isso, quando se trata de informar a respeito da militarização e da transferência da gestão das escolas para as Organizações Sociais (OSs), a atuação dos meios de comunicação busca produzir formas simbólicas para “vender” a ideia de que essa é a melhor fórmula de gestão da educação. Isso porque contraditoriamente, embora o conhecimento não produza valor, ele se constitui uma necessidade objetiva do capital para promover o desenvolvimento das forças produtivas. Por outro lado, nessa sociedade, todos os gastos são apresentados na forma do dinheiro, os encargos do sistema de ensino constituem “custos mortos”, na sociedade capitalista, decorre daí a necessidade de devolver esses custos para as famílias, nos Colégios Militares e nas demais escolas que serão gradativamente transferidas para as Organizações Sociais.

Dentre as várias teorias que se propõem a explicar o papel da mídia nas sociedades, a Teoria Hipodérmica, também conhecida como a Teoria dos Efeitos Ilimitados, pode contribuir para se refletir a situação específica da atuação dos meios de comunicação em Goiás em torno da temática da militarização das escolas e das OSs. Segundo Wolf (1999), a comunicação nesse contexto, se constitui a partir de premissas behavioristas, formuladas a partir do conceito de estímulo/resposta, para desse modo, produzir o consenso nos indivíduos, os quais, aceitam as sugestões da mídia como sinônimo da realidade, porque de acordo com essa teoria, quando há um estímulo (mensagem da mídia), este,

adentra o indivíduo sem encontrar resistências, da mesma forma que uma agulha hipodérmica penetra a camada cutânea e se introduz sem dificuldades no corpo de uma pessoa. Daí o porquê de esta teoria também ser conhecida como "Teoria da Bala Mágica", pois a mensagem da mídia conseguiria o mesmo efeito "hipodérmico" de uma bala disparada por uma arma de fogo. (WOLF, 1999, p.77, grifo do original).

O efeito produzido pela ação da Teoria Hipodérmica da comunicação em massa, no indivíduo, se efetiva pela necessidade desse indivíduo de identificar o seu significado social e a falta desse significado o torna susceptível à manipulação pela comunicação. Wolf (1999)

utiliza o conceito de "massa" para compreender a abordagem da Teoria Hipodérmica e chega à definição de que

o conceito de “massa” refere-se ao grupo de indivíduos sem referências sociais, agindo em nome de sua própria satisfação e possuindo, como única referência da realidade, as mensagens dos meios de comunicação. Assim sendo, a mensagem não encontra resistência nesse indivíduo, que se deixa manipular e toma para si essa mensagem e passa a reproduzi-la como verdade absoluta (WOLF, 1999, p.79. grifo do original).

É pela a utilização desse mecanismo manipulador, dos meios de comunicação, que o governo do Estado e a iniciativa privada contra-atacam os movimentos reivindicatórios que se mobilizam pela não privatização da educação pública. Com base nas considerações de Thompson (1998), referindo-se à mercantilização da informação, entende-se que a mídia desempenha seu papel segundo as leis do capital. A notícia se transforma em mercadoria disponível no mercado, obedecendo às leis da oferta e da procura e conseqüentemente, será utilizada segundo as necessidades de quem melhor a remunera. No caso do Estado de Goiás e sua reforma educacional, a mídia serve como ferramenta para o convencimento de que a terceirização e a privatização das escolas públicas é o único caminho para a melhoria da qualidade do ensino público.

No processo de regeneração moral do indivíduo e da sociedade, tanto o ocorrido no Regime Militar, quanto o que ocorre hoje nos CPMGs, a mídia desenvolve um trabalho fundamental para o êxito de tal processo. Ela trabalha de maneira cadenciada, com base na Teoria Hipodérmica conceituada por Wolf (1999) e, atinge o público, especialmente os pais, inseguros diante da violência e a precarização das escolas públicas. Assim, por meio do discurso sobre a qualidade do ensino nos CPMGs e a disciplina, a mídia produz a legitimidade da dominação, mecanismo fundamental para a sua continuidade.

Thompson (1998, p.20) identifica e classifica a atuação da mídia, sob a regência da burguesia na construção do consenso popular, como produto desta ação “pelas maneiras as quais os meios de comunicação reordenam as relações de espaço e de tempo e alteram a nossa experiência delas”, enfatizando que os fenômenos sociais

podem ser vistos como ações intencionais levadas a cabo em contextos sociais estruturados. A vida social é feita de indivíduos que perseguem fins e objetivos os mais variados. Assim fazendo, eles sempre agem dentro de um conjunto de circunstâncias previamente dadas que proporcionam a diferentes indivíduos diferentes inclinações e oportunidades. Estes conjuntos de circunstâncias podem ser conceituados como “campo de interação”, para usar um termo fértilmente desenvolvido por Pierre Bourdieu. Os indivíduos se situam em diferentes posições dentro destes campos, dependendo do tipo e da quantidade de recursos disponíveis

para eles. Em alguns casos estas posições, quando institucionalizadas, isto é, torna-se parte de um conjunto relativamente estável de regras, recursos e relações sociais (THOMPSON, 1998, p. 21, grifo do original).

Com base nas exposições sobre a atuação da mídia no campo social e, considerando o processo de mercantilização da informação, compreende-se que a aceitação de determinado produto no mercado consumidor, não depende de sua qualidade, mas, do quanto se pretende investir na sua divulgação. Portanto, as comparações direcionadas às diferenças educacionais, entre as escolas regulares e os CPMGs, que abordam a qualidade do ensino nestas instituições públicas com diferentes modelos de gestão, precisam ser observadas de forma atenta, buscando-se identificar os componentes que justificam o adjetivo “qualidade”. Somente o processo reflexivo pode barrar as armadilhas midiáticas a que Thompson (1998) e Wolf (1999) se referem e que certamente conduzirão às falsas impressões.

Nas análises sobre as ações do Estado, no cenário educacional, emerge a hipótese de que esse processo de descrédito pelo qual passa as escolas regulares, possui o caráter intencional que serve para reforçar o discurso de que a terceirização é o único caminho para a educação básica do Estado. Portanto, percebe-se que o processo de militarização das escolas públicas em Goiás serve de parâmetro para a excelência em gestão que é utilizado pelo Estado, para a instalação das Organizações Sociais (OS) nas escolas públicas. Esse aspecto pode ser percebido na edição 2086 do editorial publicado no Jornal Opção em junho de 2015:

Falemos das escolas militares. Em Goiás, dezenove escolas públicas são geridas pela Polícia Militar, que, como se sabe, não é especialista em Educação. Por que deu certo? Por um motivo prosaico, mas fundamental: nas escolas ditas militares — aliás, os uniformes e a disciplina camuflam a realidade, pois são menos militarizadas do que imagina o deputado José Nelto — há aulas todos os dias e o conteúdo das matérias é exposto corretamente. Na quarta-feira, dia de jogos do Campeonato Brasileiro da Série A, algumas escolas podem até dispensar os alunos. As escolas militares não dispensam. Além disso, introduziram também uma saudável competição intelectual entre os alunos. Os melhores alunos são destacados publicamente (JORNAL OPÇÃO, 2015, ed. 2086).

Concomitante às ações governamentais, para a instituição da administração das escolas públicas pelas Organizações sociais, cabe à mídia um papel de suma importância em todo o processo de terceirização. O papel de convencer a opinião pública pelo argumento dessa excelência “salvadora”, da qual o Estado faz uso para justificar a transformação do conhecimento em mercadoria, sujeita à majoração sob a lógica da oferta e demanda.

Se a informação torna-se mercadoria passível de ser negociada, então, dizer que a produção e circulação da informação obedecerão às especificações de quem as compra, não

poderá ser considerado absurdo. Porque quem adquire uma mercadoria, dá a ela o destino que bem entender e no caso da informação, será divulgada segundo as suas necessidades, obedecendo somente os critérios de divulgar o quê, como, quando e para quem. Assim, o imaginário da população vai sendo moldado segundo as necessidades do capital. “Cada elemento do público é pessoal e diretamente atingido pela mensagem e cada indivíduo é um átomo isolado que reage isoladamente às ordens e às sugestões dos meios de comunicação de massa” (WOLF, 1999, p.79).

Com o apoio da mídia, os colégios militares adentram o cenário da educação e se posicionam num patamar diferenciado das demais escolas regulares, incutindo na população o que Loureiro (2011), aponta como sendo a cultura de que a qualidade requer pagamento, afirmando que

na sociedade brasileira, existe a concepção de que há um vínculo direto entre qualidade e serviço pago. Nessa visão, o que é gratuito não é tão bom quanto o que é pago. A garantia da qualidade está implícita no uso da moeda (LOUREIRO 2011 p.192).

Apesar de tratar-se de instituições financiadas pelos cofres públicos e instaladas em prédios públicos, os CPMGs estipulam a cobrança de mensalidades e outras taxas com a justificativa de melhoria estrutural, necessária à oferta do ensino de qualidade. Porém, essa manobra esbarra nos dispositivos legais da LDB/1996 e deflagra outros problemas relacionados à marginalização de um significativo contingente de crianças e jovens, porque as famílias que não podem arcar com essa despesa extra em seus orçamentos, se veem obrigadas a buscar vagas em outras escolas distantes de suas residências.

Considerações finais

Diante do exposto, compreende-se que os encargos com o ensino constituem-se custos mortos para o Estado capitalista. No processo de desenvolvimento da indústria no Brasil houve a necessidade de se universalizar o acesso à escola. Porém, já não existe essa demanda, nesta fase atual o capital prescinde de grandes contingentes de mão de obra e, portanto, parte considerável da população é considerada sobrança. É neste contexto que surgem as propostas que visam desobrigar o Estado de oferecer educação pública e gratuita. Devolve-se desse modo, à classe trabalhadora o ônus de sua própria formação. Diante disso, a lógica meritocrática em curso na atualidade, determina que só os melhores sejam absorvidos pelo

mercado de trabalho e nessa perspectiva, para a população em condição de extrema pobreza, restarão as políticas de segregação nas cadeias e favelas ou a morte precoce de milhões de jovens. Nesse sentido, compreende-se que o posicionamento do Estado em relação ao capital, está articulado às suas demandas referente à formação da força de trabalho vinculada às escolas públicas.

Referências

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington**: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. (online). São Paulo: 1994. Disponível em: <<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>>. Acesso em: 07 de novembro de 2016.

BRASIL, MEC. **Lei de diretrizes e base da educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 24/08/2015.

_____, MEC. **Plano de metas todos pela educação**: Guia de programas. Brasília: MEC, 2007.

GOIÁS, Seduce. **Reforma educacional de Goiás**: Pacto pela educação. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/especiais/pactopelaeducacao/default.asp>>. Acesso em: 12 de agosto de 2015.

_____, Seduce. **Pacto pela educação**: Um futuro melhor exige mudanças. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/especiais/pactopelaeducacao/docs/pdf>>. Acesso em: 21 de junho de 2015.

JORNAL OPÇÃO. [online]. 27 de junho de 2015. **Escolas militares sugerem que um tipo de organização social já funciona na educação de Goiás**. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/editorial/escolas-militares-sugerem-que-um-tipo-de-organizacao-social-ja-funciona-na-educacao-de-goias>>. Acesso em: 20/06/2016.

LOUREIRO, Walderês Nunes. **Qualidade da educação e privatização de recursos públicos**. Goiânia: Ed. UFG, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. O processo de produção do capital. Livro 1. Vol. 1. (trad.): Reginaldo Sant'Anna. 22 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

THOMPSON, John Brookshire. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. (trad.) Wagner Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1998.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1999.